

**RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO****EDITAL Nº 10/2021-5ª/SR – LEI nº 13.303/2016**

Recorrente: DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ: 34.905.197/0001-20.

Recorrido: Comissão Permanente de Julgamento

**1. Objetivo.**

Receber, conhecer e julgar o recurso administrativo interposto pela licitante **DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ: 34.905.197/0001-20.**, em 22/11/2021, contra ato da Comissão que na fase de julgamento, recusou sua proposta de preços, onde a recorrente não atendeu ao item 11.2 do edital da Licitação na Forma Eletrônica Edital nº 10/2021, cujo objeto é a execução da obra de construção de uma praça, no Loteamento Campo Verde II, no Município de Coité do Nóia, no Estado de Alagoas.

**2. Histórico.**

Em 08 de novembro de 2021, às 10:00h foi aberta a sessão pública da licitação na forma eletrônica nº 10/2021-5ª/SR, regida pela Lei nº 13.303/2016.

Em 08 de novembro de 2021, as 10:24h, foi convocada, para envio da proposta financeira reeditada, a recorrente, cujo percentual de desconto deveria ser atribuído a todos os itens.

Em 11/11/2021, as 09:12h, a recorrente foi convocada para fazer as correções na proposta financeira, posto que a mesma não apresentava o desconto linear em todos os itens.

Em 12/11/2021, as 09:11h, a recorrente fundamentou o reenvio da proposta divergente do que prescreve o edital e a lei 13.303/2016, alegando que a última planilha enviada obedece ao edital item 11.2, e a correção de apenas dos itens citados, reduzirá o percentual de desconto, tornando inexecutável a execução da obra.

Em 12/11/2021, as 09:16h, diante do que foi dito acima, o presidente da comissão se manifestou: "O EDITAL É BEM CLARO, NO ITEM 11.2, O DESCONTO GLOBAL TERÁ QUE SER DADO LINEARMENTE A TODOS OS ITENS, SENDO QUE FOI FEITO UM PEDIDO PARA A CORREÇÃO DE ALGUNS ITENS E ESTA EMPRESA MEXEU NOS ITENS QUE NAO FOI PEDIDO CORREÇÃO"

Em 12/11/2021, as 09:18h, a proposta da recorrente foi recusada, por não atender o item 11.2 do edital.

Em 12/11/2021, as 09:42h, a recorrente manifestou sua intenção em apresentar recurso, referente a fase de julgamento.

Em 22/11/2021, a recorrente, encaminhou o recurso.

Não houve CONTRARRAZÃO

### **2.1. Alegações em Recurso.**

Transcreve-se, a seguir, o conteúdo que expõe os motivos do recurso apresentado pelo fornecedor DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ 34.905.197/0001-20.

“A douta comissão de licitações julgou a subscrevente inabilitada constando no chat do sistema o seguinte motivo: A empresa DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÕES – CNPJ 34.905.197/0001-20, não atendeu ao item 11.2 do instrumento convocatório, que diz que “O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, conforme inciso II, §4º do art. 54 da Lei 13.303/2016”. Isso posto decorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis, como adiante ficará demonstrado. III. DAS RAZÕES DA REFORMA A comissão permanente de licitações, ao considerar a recorrente inabilitada não considerou o entendimento proferido pelo Tribunal de Contas da União (acórdão 1811/2014- plenário) que diz: “Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado”, tampouco considerou outro entendimento do tribunal de contas (acórdão 187/2014 – Relator ministro Walmir Campelo) que diz “É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. Observe que o motivo que desclassificou a proposta da empresa recorrente de fato não prospera, pois foi apresentado pela proposta de preço devidamente corrigida, porém não aceita pela douta comissão. Entretanto, a empresa, sem prejudicar o teor da oferta ou majorar o preço da proposta, tem condições de retificar e apresentar outra proposta de preço. IV. DO DIREITO Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes. Dentro dessas normas, exige-se os requisitos mínimos quanto a sua qualificação Econômico Financeira, preconizado no inciso I do artigo 31 da lei 8.666/93. Conforme se extrai da regra inserta no parágrafo único do Art. 4º da lei 8.666/93, a licitação é regida pelo” Princípio do Procedimento Formal”. Nesse sentido, o procedimento licitatório é vinculado às prescrições legais que o regem, em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei em sentido estrito, mas também do regulamento, do edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação que se refere. Ante o exposto, a recorrente vem

salvaguardar seus interesses como licitante perante as licitações Públicas. Tal proposta ao revés do decidido pela comissão de licitação, atende ao exigido no edital”

### **3. Fundamentação. Sobre a reelaboração da planilha prescreve Item 11.2 do edital:**

**“11.2. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, conforme inciso II, §4º do art. 54 da Lei 13.303/2016.**

A princípio, não é despendendo lembrar que as licitações da codevasf são regidas pela lei 13.303/2016 e não pela lei 8.666/93, exceto no que aquela preceituar.

A Recorrente foi convocada para apresentar a proposta financeira reeditada, após a fase de lances, o que foi feito. Após a análise, fora pedido as correções devidas na planilha. Sendo analisada a planilha corrigida, a empresa foi comunicada de que a proposta financeira ainda precisava de correções e com isso a recorrente informou que a planilha corrigida atendia ao item 11.2 do edital, alegando que o desconto iria reduzir e tornar a proposta inexequível e não fez mais as correções que deveria fazer.

A Comissão Julgadora, diante da intransigência da recorrente e, por não poder julgar fora das balizas do instrumento convocatório e da lei, nem perpetrar procedimentos fora de sua competência e possibilidade, recusou sua proposta.

O licitante, ao apresentar proposta na licitação, submete-se aos requisitos legais e editalícios em cumprimento aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório. Ademais, o princípio da razoabilidade deve ser observado.

A alegação de inexequibilidade da proposta se aplicasse o desconto linear a todos os itens da planilha não se sustenta, pois apresenta-se ilógica, dado que o valor global permaneceria intacto.

Também o comportamento da recorrente ao negar-se proceder a nova correção, fugiu do razoável.

### **4. Decisão.**

Por todo o exposto, esta Comissão Permanente de Julgamento, recebe e conhece o recurso administrativo interposto, visto que atende aos pressupostos de admissibilidade, para julgá-lo improcedente e declarar mantidos os atos praticados no procedimento de julgamento do certame licitatório.

Penedo/AL, 03 de dezembro de 2021.

**JORGE RICARDO ROCHA MELO**

Presidente da Comissão Permanente de Julgamento  
Determinação/5ªSR 167, de 08/10/2021

**JAILTON CAZUZA LIMA**

Presidente Substituto da Comissão Permanente de Julgamento  
Determinação/5ªSR 167, de 08/10/2021

**JONAS FRANCISCO LEMUS DO NASCIMENTO**

Membro da Comissão Permanente de Julgamento  
Determinação/5ªSR 167, de 08/10/2021

**JOSÉ BUARQUE DA SILVA**

Membro da Comissão Permanente de Julgamento  
Determinação/5ªSR 167, de 08/10/2021

**LUCIANO NOGUEIRA MOREIRA**

Membro da Comissão Permanente de Julgamento  
Determinação/5ªSR 167, de 08/10/2021

**HUGO FAGNER DOS SANTOS PEDROSA**

Membro da Comissão Permanente de Julgamento  
Determinação/5ªSR 167, de 08/10/2021

**RAONI TEIXEIRA LEAO**

Membro da Comissão Permanente de Julgamento  
Determinação/5ªSR 167, de 08/10/2021